

A. I. N° - 08430489/03
AUTUADO - IÊDA MARIA FREITAS GOMES
AUTUANTE - MOISÉS PEREIRA CORDEIRO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 21.05.03

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0171-04/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO. FUNCIONAMENTO IRREGULAR. MULTA. É condição essencial para o funcionamento de qualquer estabelecimento comercial a obtenção prévia da sua inscrição estadual. A falta de cumprimento desta obrigação acessória sujeita o infrator ao pagamento de multa. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 06/02/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$460,00, em decorrência de o autuado estar funcionando sem inscrição cadastral na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 9), alegando que, no dia da visita fiscal, ainda estava comercializando [alugando] o ponto comercial e providenciando a inscrição estadual, portanto o resto de mercadorias que estava dentro do estabelecimento era do proprietário anterior. Às fls. 10 a 12, junta cópia do contrato de locação para provar que alugou o imóvel após a autuação. Solicita o cancelamento da multa, conforme previsto no art. 158 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto n° 7629/99, (RPAF/99).

Na informação fiscal (fl. 17), o autuante diz que o fato de o autuado não haver ainda fechado as negociações relativas à locação do imóvel é prova incontestável do funcionamento irregular do estabelecimento. Ao final, solicita a procedência do Auto de Infração.

VOTO

De acordo com o artigo 150 do RICMS-BA/97, antes de iniciarem as suas atividades comerciais, os contribuintes deverão se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS), na condição em que se enquadrar.

No caso em lide, o auditor fiscal acusa o autuado de estar funcionando sem ter cumprido a obrigação tributária acessória citada acima e, em consequência, exigiu a multa prevista na Lei n° 7.014/96 para a irregularidade. Para comprovar a acusação e fundamentar o Auto de Infração, o auditor fiscal lavrou o Termo de Visita Fiscal (fl. 2) e o Termo de Intimação (fl. 3), ambos assinados pelo próprio autuado.

As alegações defensivas de que as mercadorias pertenciam ao proprietário anterior e que só alugou o ponto comercial após a autuação não podem prosperar, pois os Termos de Visita Fiscal

e de Intimação, ambos assinados pelo próprio autuado, são provas suficientes de que ele estava funcionando sem inscrição estadual.

Em face do comentado acima, entendo que a infração ficou caracterizada, que foi correto o procedimento do autuante e que é cabível a multa indicada na autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **08430489/03**, lavrado contra **IÊDA MARIA FREITAS GOMES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$460,00**, prevista no art. 42, XV, “f”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de maio de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR